



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 426, DE 2020

Apensado: PDL nº 491/2020

Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”.

Autor: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Relator: Deputado HEITOR SCHUCH

I - RELATÓRIO

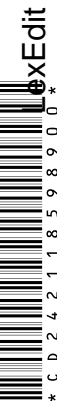
O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) em pauta, de autoria do ilustre Deputado André Figueiredo, susta o Decreto no 9.589, de 29 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”.

O PDL 491/2000, apensado, também de autoria do ilustre Deputado André Figueiredo, susta o Decreto no 10.549, de 23 de novembro de 2020, que “Altera o Decreto no 9.589, de 29 de novembro de 2018. Sendo assim, ambos são complementares.

Além desta Comissão, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e Comissão de Finanças e Tributação.

Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A ideia de privatização e liquidação de estatais remete à ideia de estado mínimo: quanto menos empresas estatais, mais espaço para o setor privado que seria teoricamente capaz de entregar mais bens e serviços de forma mais eficiente.

Entendemos que a alegada supremacia da empresa privada em toda e qualquer circunstância é uma grande falácia. Há setores mais estratégicos em que o interesse social deve claramente se sobrepor ao interesse privado e o arranjo de governança mais adequado é de empresas públicas e/ou sociedades de economia mista.

De fato, há falhas de mercado em um conjunto de setores que torna o mecanismo de mercado não adequado para se perseguir o bem-estar social. Há ainda setores com grande efeito para trás e para frente nas cadeias produtivas em que cabe uma influência mais significativa.

A liquidação pura e simples de empresas estatais pode fazer perder boa parte dos ganhos potenciais que são alcançáveis com uma gestão profissional, mas voltada ao interesse público.

E a avaliação desta questão estratégica não deve se restringir ao Poder Executivo. O Poder Legislativo constitui um foro essencial e democrático de análise dessa questão estratégica e dos interesses maiores da grande parte da população.

Sendo assim, não é possível admitir esta facilidade de liquidação pelo Executivo de empresas que, eventualmente, só porque não estão dando lucros, opta-se por sua extinção.

À falta de lucro pode se estar, por exemplo, sendo geradas externalidades tecnológicas para todo o resto da economia, tornando nosso sistema produtivo, muito mais produtivo e sofisticado.

Sendo assim, somos pela **APROVAÇÃO** dos Projetos de Decreto Legislativo n 426, de 2020, e 491, de 2020 na forma do Substitutivo em anexo.



Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado HEITOR SCHUCH
Relator

2024-3988



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 426, DE 2020

Apensado: PDL nº 491/2020

Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União” e o Decreto nº 10.549, de 23 de novembro de 2020, que “Altera o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do inciso V do artigo 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”.

Art. 2º Fica sustado, nos termos do inciso V do artigo 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.549, de 23 de novembro de 2020, que “Altera o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado HEITOR SCHUCH
Relator

2024-3988

Apresentação: 03/04/2024 10:38:06.010 - CICS
PRL 1 CICS => PDL 426/2020
PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242118598900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Heitor Schuch

